

Negociações nas mãos do presidente da Copasa

O próprio presidente da Copasa, Márcio Nunes, assumiu o comando direto das negociações do Acordo Coletivo 2006. Márcio Nunes convocou o SINDÁGUA, para duas reuniões que se realizaram no princípio e final da tarde da última quarta-feira, 5 de julho. Nestas reuniões, o SINDÁGUA reforçou 12 pontos considerados prioritários entre as reivindicações da categoria e ouviu considerações do presidente da Copasa sobre argumentos já feitos pela comissão patronal.

Nova reunião foi marcada com o presidente da Copasa para às 18 horas da próxima segunda-feira.

Reunião desta sexta-feira é cancelada

As negociações do Acordo Coletivo 2006 foram reabertas na última terça-feira, dia 4, entre os sindicatos que compõem a Campanha Salarial Unificada e a comissão que representa a Copasa. A iniciativa do diálogo contempla entendimentos realizados entre as partes em reunião realizada na Delegacia Regional do Trabalho (DRT-MG), que motivou inclusive a suspensão da paralisação programada pela categoria para o último dia 21 de junho.

Nesta nova rodada de

negociações foi solicitado ao sindicato pontuar uma proposta para ser encaminhada à direção da empresa. Todos estes pontos enumerados pelos sindicatos unificados foram descritos com apresentação de todos os indicadores de crescimento da própria empresa, sustentando as justas reivindicações da categoria. A comissão da empresa ouviu todas as argumentações da representação sindical e marcou nova reunião para sexta-feira, dia 7, quando nova contra-proposta poderia ser

apresentada. Esta reunião, no entanto, foi desmarcada, em função das reuniões diretas com o presidente da empresa.

Pontos vitais para os trabalhadores

Dentre todas as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores para serem negociadas com a empresa, os Sindicatos destacaram 12 pontos considerados como imprescindíveis.

Veja no verso os principais pontos defendidos pelos Sindicatos.

Lutamos pelos nossos direitos e em defesa da Copasa!

Principais reivindicações discutidas com a empresa

1 - Plano de Cargos e Salários com data definida para implantação, reivindicando o dia 30 de outubro/2006 como limite;

2 - Reajuste salarial de 9,33%, que representa o índice de perdas acumuladas desde maio/2002 medidas pelo INPC;

3 - Abono de 20,55%, referente à perda de massa salarial de maio/2005 a abril/2006;

4 - Novos parâmetros para estabelecer o pagamento da Participação nos Lucros. Foi solicitado o pagamento linear de 50% e mesmo percentual de forma proporcional, sendo a metade em abril/2007 e a outra metade em outubro/2007. Os sindicatos solicitaram ainda a revisão dos indicadores, estabelecendo apenas dois, o LIEM (Crescimento das Ligações por Empregado) e mudando o REPI para Investimento Contratado e efetivamente realizado, considerando investimentos com capital próprio;

5 - Democratizar a apuração da GDI, fazendo a definição conjunta da escolha de indicadores, com transparência nas informações, revisão dos indicadores e substituição do LIEM – ASDP;

6 - Correção de 8% (IPCA) nos valores do Ticket Refeição/Cesta Básica e cesta de Natal, sem ônus para os trabalhadores, inclusive os afastados;

7 - Garantir os direitos e o custeio hoje estabelecidos nos planos de saúde de alto e baixo risco. Estabelecer uma comissão para formular o novo Regulamento, acatando as recomendações feitas pelo Sindágua ao Comitê de Gestão do Copass;

8 - Resguardar o atendimento da reivindicação da categoria em relação à política de saúde laboral e segurança do trabalho;

9 - Estabelecer a garantia de emprego para todos os trabalhadores, exceto demissão motivada e casos de justa causa. Reforçar a garantia de emprego para trabalhadores que estejam a 36 meses da aposentadoria. Definir critérios para a política de remanejamento de pessoal em função de adoção de novas tecnologias;

10 - Estabelecer o piso salarial da categoria em R\$ 600,00

11 - Pagamento de produtividade aos trabalhadores em 6% sobre os salários já corrigidos pelo INPC e mais 6% de correção do Piso Salarial, sendo 4% em um primeiro reajuste e outros 2% para a correção da curva do PCCS;

12 - Eliminar a terceirização das atividades da área operacional (manutenção dos serviços de água e esgotos) em todo o Estado, passando a utilizar exclusivamente mão de obra da própria empresa neste setor, além das áreas meio, setores de seu interesse e controle.

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 13 - quinta-feira - 18 horas - Sede do SINDÁGUA e em todo o interior

Avaliação da Campanha Salarial, das contra-propostas da Copasa e definição das formas de luta da categoria. Compareça e engrosse a nossa luta para sermos respeitados, que tenhamos nossos direitos protegidos e salários condizentes com o esforço dos trabalhadores para obter os resultados positivos da empresa.